

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, Ethiopia P. O. Box 3243 Telefone: 5517 700 Fax: 5517844

Website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Primeira Sessão Ordinária

9 - 13 de Julho 2012

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/736(XXI)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A REUNIÃO PARA
VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A AVALIAÇÃO DE 2012
RELATIVA AOS OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO
MILÉNIO EM ÁFRICA (ODMs),
7 -8 DE MARÇO DE 2012
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

Síntese



União Africana



Comissão Económica
para África



Grupo do Banco
Africano de Desenvolvimento



Programa das NU para
para o Desenvolvimento

Avaliação dos Progressos em África no âmbito dos Objetivos de
Desenvolvimento do Milénio

Relatório dos ODM de 2012

**Perspectivas emergentes da África sobre a agenda de
desenvolvimento após-2015**

Prefácio

O relatório deste ano foi escrito na sequência do contexto de crescimento económico rápido contínuo em África, a Revolta Árabe no Norte da África, a crise da dívida soberana supurante na zona de Euro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e as consultas em curso do sistema amplo das NU sobre o desenvolvimento da agenda após -2015. O crescimento económico, a Revolta Árabe e a crise de dívida soberana da Europa irão provavelmente influenciar os progressos de África no âmbito dos ODM enquanto as negociações de Rio+20 e a agenda de desenvolvimento após-2015 invariavelmente irão dar forma e definir o futuro dos Objetivos.

As conclusões do relatório deste ano confirmam que a África manteve um desempenho positivo sobre os ODM, apoiados pelo crescimento económico estável e um desempenho melhorado nos indicadores de pobreza. Com efeito, dados recentes de pobreza confirmam que o desempenho económico do continente tem sido associado com um declínio na taxa de pobreza e no número de pobres absolutos. Na verdade, a África continua a sustentar o progresso em vários ODM e está num bom caminho para atingir as metas na inscrição líquida primária, na paridade de género na educação, a prevalência entre a população com 15-24 anos de idade; proporção da população com acesso a medicamentos anti-retrovirais; e a proporção de assentos ocupados por mulheres no Parlamento nacional. Mesmo assim, o relatório reconhece que precisa-se de se fazer mais para abordar questões espaciais e de desigualdade de género, a qualidade de padrões inferiores e a distribuição desigual dos serviços sociais entre as zonas rurais e urbanas, a capacidade limitada de crescimento para gerar oportunidades de empregos adequados para os jovens de África e o rápido crescimento da população, a intensificação e o aprofundamento da protecção social para os grupos vulneráveis. O relatório exorta aos decisores políticos a colocar maior ênfase na melhoria da qualidade dos serviços sociais para garantir que os investimentos neste sector rendam perfeitos resultados. O alcance de um certo equilíbrio entre o acesso e a qualidade dos serviços sociais é imperativo para o progresso substancial dos ODM.

O relatório observa que as altas taxas de crescimento populacional, através de colocação de mais pressão sobre a prestação de serviços públicos essenciais, continuam a minar alguns progressos no continente. A África deve traduzir este crescimento num dividendo demográfico, transformando a sua crescente população jovem numa força de trabalho produtiva e dinâmica que dirige o crescimento e o desenvolvimento humano.

Uma avaliação crítica do progresso da África deve ser ancorada por dados oportunos e confiáveis bem como de objectivos e de sistemas eficazes de monitorização e avaliação. Assim, os países africanos, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, devem continuar a reforçar a vigilância estatística e as capacidades de avaliação, a fim de melhorar o desempenho no controle do progresso dos ODM.

Avançando, é imperativo que as lições da experiência dos ODM de África informam as negociações de Rio+20 e dirijam a agenda de desenvolvimento após-2015. Ciente da importância de assegurar que as prioridades e as aspirações de desenvolvimento de África caracterizam-se substancialmente nas negociações das Metas de Desenvolvimento Internacionalmente Acordadas, o relatório deste ano destaca a agenda de desenvolvimento após-2015 como uma área de foco temático. Esta secção do relatório articula um consenso emergente da agenda de desenvolvimento após-2015 com base em consultas amplas e contínuas com os intervenientes Africanos através das instituições parceiras.

As áreas prioritárias identificadas por consultas são iluminantes e apontam para a transformação económica, desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, e inovação tecnológica como motores críticos do desenvolvimento sustentável em África que devem subjazer a agenda após-2015. Invariavelmente, a sustentabilidade dos resultados do desenvolvimento em África devem ser apoiadas por uma agenda de desenvolvimento sustentável, transformadora e inclusiva, ancorada pelos princípios da igualdade e moldurada por um compromisso de prestação de serviços sociais que satisfaçam os requisitos mínimos de qualidade.

Queremos agradecer a todos aqueles que contribuíram para a elaboração do presente relatório. Louvamos e encorajamos o empenho do relatório por ter em conta as opiniões e as experiências dos líderes, dos decisores políticos e dos profissionais de desenvolvimento que estão a promover a realização dos ODM em África, especialmente no cumprimento das metas acordadas.

Jean Ping
Presidente,
da Comissão da
União Africana

Abdoulie Janneh
Secretário
Executivo,
Comissão
Económica para
África

Donald Kaberuka
Presidente,
Grupo do Banco
Africano
Desenvolvimento

Helen Clark
Administradora,
Programa das
Nações Unidas para
o Desenvolvimento

Visão geral

Com menos de três anos que restam até ao prazo de 2015 para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o progresso da África para as várias metas dos ODM continua a estar misturado. Foram notáveis os avanços feitos em alguns indicadores, tais como a inscrição primária líquida, a paridade de género no ensino primário, a representação das mulheres na tomada de decisão, a cobertura da imunização e a contenção da propagação de HIV/SIDA. No entanto, a qualidade do ensino continua a ser uma preocupação e o progresso é muito lento nos ODM relacionados com a saúde tais como a mortalidade materna e infantil e o acesso ao saneamento. Reduzir a desigualdade no acesso aos serviços sociais básicos continua a ser um desafio crítico para a África e estas desigualdades explicam em grande medida o progresso lento do continente em atingir os ODM de saúde.

O breve espaço de tempo que falta até 2015 para o continente africano alcançar os ODM está se aproximando rápido e ainda não existe consenso dentro da Comunidade de desenvolvimento sobre o destino dos ODM após 2015. Dada a importância da agenda de desenvolvimento após-2015 – particularmente para África – o Relatório deste ano sobre *"Avaliação dos Progressos em África no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio"* identifica essa agenda como uma área de foco.

Qualquer discussão significativa das prioridades de África depois de 2015 deve, no entanto, ser

fundamentada em experiências e lições aprendidas com os ODM de África. Uma revisão dos relatórios anteriores desta série sugere que a qualidade da prestação de serviços sociais, desigualdade, desemprego (sobretudo entre os jovens), vulnerabilidade aos choques, sustentabilidade económica, social e ambiental, de desempenho e crescimento inclusivo são desafios recorrentes em África e, por conseguinte, devem informar a agenda após-2015.

A última década revelou as vulnerabilidades dos países dos choques socio-económicos e relacionados com as alterações climáticas – como foi visto na crise financeira global, aumentos proibitivos nos preços dos alimentos, a intensidade e a frequência das calamidades naturais e conflitos recorrentes. A agenda após-2015 deve procurar promover a resiliência Africana, abordando as vulnerabilidades associadas. A actividade económica deverá reflectir os esforços para adaptar e mitigar os efeitos das alterações climáticas, bem como de avançar para um caminho de crescimento de baixo teor de carbono. Estas linhas gerais encontram expressão no Relatório deste ano e oferecem uma perspectiva sobre as prioridades de desenvolvimento do continente para a agenda de desenvolvimento após-2015. A Tabela 1 resume o desempenho dos ODM em África.

Tabela 1. O desempenho dos ODM de África numa vista rápida, 2012

Objectivos e Alvos (da Declaração do Milénio)	Situação	Observações
Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome	Fora do trilho	<ul style="list-style-type: none"> • Pobreza de 1,25\$EU por dia em África (excluindo o Norte de África) diminuiu de 56,5% para 47,5% durante 1990–2008
Objectivo 2: Alcançar a educação primária universal	Dentro do trilho: matrícula líquida	<ul style="list-style-type: none"> • A Inscrição média é superior a 80% • Os problemas de qualidade continuam • A maioria dos países não se espera que satisfaçam o objectivo de conclusão
Objectivo 3: Promover a igualdade de género e empoderamento da mulher	Dentro do trilho	<ul style="list-style-type: none"> • Bons progressos no nível primário mas fraca paridade nos níveis de ensino secundários e terciários • Alta representação no Parlamento nacional em muitos países.
Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil	Fora do trilho	<ul style="list-style-type: none"> • Em declínio, mas lentamente
Objectivo 5: Melhorar a saúde materna	Fora do trilho	<ul style="list-style-type: none"> • Em declínio, mas lentamente
Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças	Dentro do trilho	<ul style="list-style-type: none"> • Prevalência de HIV/SIDA em declínio, especialmente na África Austral, devido a mudanças de comportamento e o acesso à terapia antiretroviral
Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	Dentro do trilho: Melhoria de abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns países possuem planos de reflorestamento • Emissões mínimas para a maioria dos países com pouco aumento • A maioria dos países reduziu o consumo de substâncias que empobrecem a camada de o-zone por mais de 50%

Fonte: Cálculos do UNSD, acessados em Dezembro de 2011

Rastreamento de Progresso

Objectivo 1

Erradicar a pobreza extrema e a fome

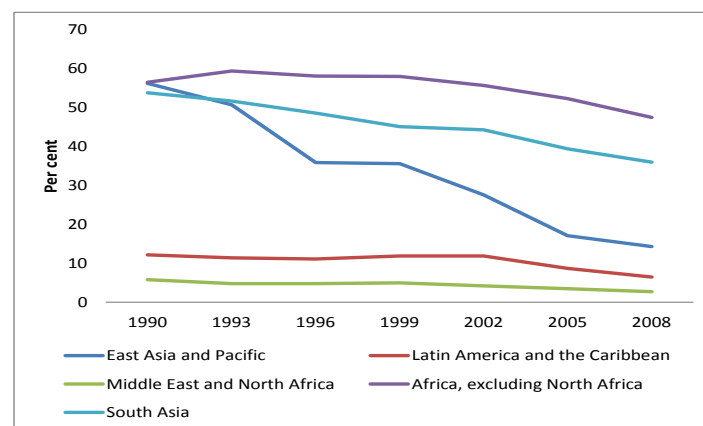


Os progressos na redução da pobreza de renda têm sido encorajadores em todo o continente. Vários países realizaram progressos substanciais, mesmo se existirem disparidades dentro e entre países – por exemplo, a predominância da pobreza rural e a natureza feminizada de pobreza deve ser dada uma maior atenção. Embora a África tenha um forte potencial para gerar empregos a médio prazo, enfrentar o desemprego dos jovens e aumentar a produtividade do trabalho são assustadores desafios. O progresso na malnutrição é lento, daí a necessidade de acelerar os esforços para atingir este objectivo até 2015.

Embora a África tenha experimentado um crescimento económico rápido na década passada, isso não se traduziu em reduções proporcionais da pobreza nem da fome, muito menos de crescimento rico em

empregos. A África experimentou um declínio na taxa de pobreza bem como no número absoluto de pessoas pobres. No entanto, a sua taxa de declínio da pobreza é demasiada lenta para atingir o objectivo até 2015. Por exemplo, a proporção de pessoas que vivem com menos de 1,25\$EU por dia em África (excluindo o Norte de África) diminuiu ligeiramente de 56,5 por cento em 1990 para 52,3 por cento em 2005 e na sequência para 47,5 por cento em 2008 (Figura 1). O ritmo lento da redução de pobreza tem sido associado a um crescimento insuficiente e inconsistente, um elevado crescimento populacional, uma elasticidade de baixo crescimento da pobreza¹ e persistentemente elevados níveis de desigualdades de género e geográficos.

Figura 1. Proporção da população que vive abaixo de 1.25\$EU por dia (2005 PPP), 1990–2008



Fonte: Compilado do Banco Mundial, <http://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.DDAY?p age=4>, actualizado em Fevereiro de 2012.

¹ A elasticidade de crescimento da pobreza mede a redução da pobreza associada com o aumento da unidade em crescimento. Quanto maior for a elasticidade de crescimento maior serão os efeitos do crescimento sobre a redução da pobreza.

As políticas específicas para promover o crescimento inclusivo, com especial destaque para a agricultura e o sector informal, têm o potencial para aumentar a elasticidade de crescimento da pobreza. Lições de países como o Ruanda e Etiópia mostram a importância de reduzir a desigualdade para facilitar um rápido declínio na pobreza de renda.

As políticas para lidar com o crescimento populacional e promover a protecção social são igualmente vitais para a redução da pobreza, assim como as estratégias nacionais de emprego que são formuladas e implementadas com o pleno envolvimento dos principais intervenientes. As acções para expandir o emprego e a produtividade do trabalho devem centrar-se no alargamento do acesso a factores complementares, tais como maquinarias e equipamentos, reforçando o ambiente empresarial em que as empresas privadas podem prosperar, aumentando a quantidade e a qualidade da infra-estrutura física e institucional e melhorar as condições de trabalho.

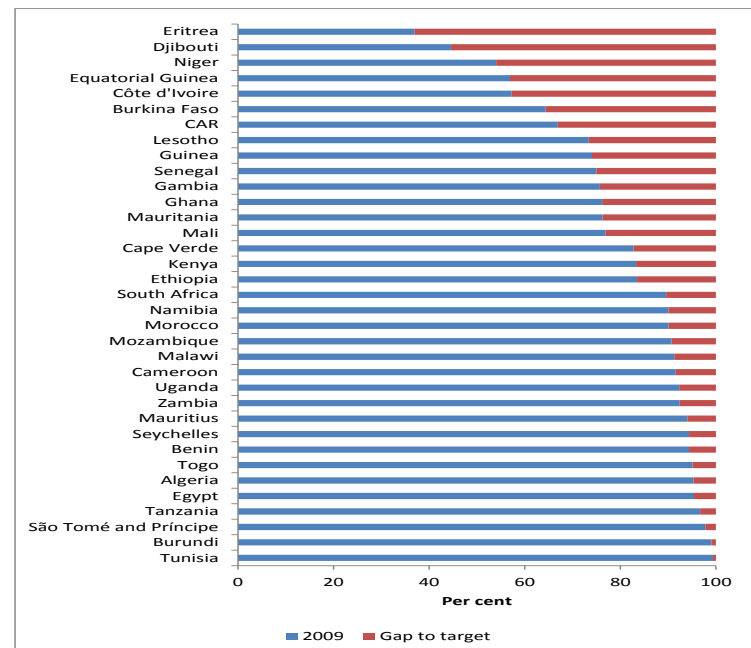
Objectivo 2

Alcançar a educação primária universal



Muitos países Africanos fizeram progressos regulares e estão em vias de dar resposta ao objectivo de inscrição líquida no ensino primário até 2015, com a maioria dos países, a atingir 90 por cento. Os agregados líquidos da inscrição na escola primária para África aumentaram de 64 por cento em 2000 para 84 por cento em 2009. Dos 35 países Africanos com os dados de 2009, 17 tinham taxas de matrícula líquida acima de 90 por cento. A Argélia, o Burundi, Egipto, São Tomé e Príncipe, Tanzânia, Togo e a Tunísia já atingiram ou excederam a meta mínima para atingir a matrícula líquida de 95 por cento até 2015. Dezoito países Africanos estão a mais de 10 pontos percentuais longe de atingir o alvo até 2015. Entre estes, sete mostram grandes desvios do alvo, com taxas de inscrição primária líquida de cerca de 33–63 pontos percentuais fora do alvo em 2009 (Figura 2). Estes países precisam de introduzir políticas para enfrentar as restrições vinculativas.

Figura 2. Lacuna de matrícula líquida para o ensino primário, países africanos seleccionados, 2009



Objectivo 3

Promover a igualdade de género e empoderar as mulheres

As taxas de conclusão, no entanto, são menos satisfatórias, e alguns países ainda têm taxas tão baixas como de 33 por cento. A alfabetização de jovens tem visto progressos, notavelmente um número de países com taxas de alfabetização de jovens de 95 por cento ou mais. Ainda assim, o progresso geral no âmbito do objectivo é lento e marcado pela desigualdade de género como a taxa de alfabetização das mulheres continua a ser inferior da taxa dos homens.

No geral, o continente está dentro do trilho para este objectivo, mas os desafios de aumento das taxas de conclusão, redução das taxas de abandono escolar, melhoria de qualidade de ensino e colmatar o hiato de género na escola precisam de uma atenção urgente. Os países fora do trilho poderiam aprender com os países que avançaram fortemente para atingir este objectivo. Olhando para além dos ODM, os países devem concentrar-se na educação fora do nível primário para atender às demandas de mudança das economias. O aumento das dotações orçamentais para o ensino primário e secundário e a melhoria da governança do sistema educacional são importantes. É igualmente importante instituir reformas educacionais adequadas.

Por exemplo, as políticas que visam a melhorar a qualidade educativa e relevância através das reformas curriculares e pedagógicas podem ir no mesmo caminho na melhoria das taxas de conclusão.



A melhoria da igualdade de género e empoderamento das mulheres são vias para garantir o desenvolvimento humano sustentável e a realizar os outros ODM (especialmente a aceleração dos cuidados de saúde materno e infantil, melhoria da educação e redução de pobreza e fome)

O progresso deste objectivo é encorajador. Muitos países estão a fazer progressos notáveis – sobretudo na paridade de género no ensino primário e o número de assentos ocupados por mulheres no Parlamento nacional.

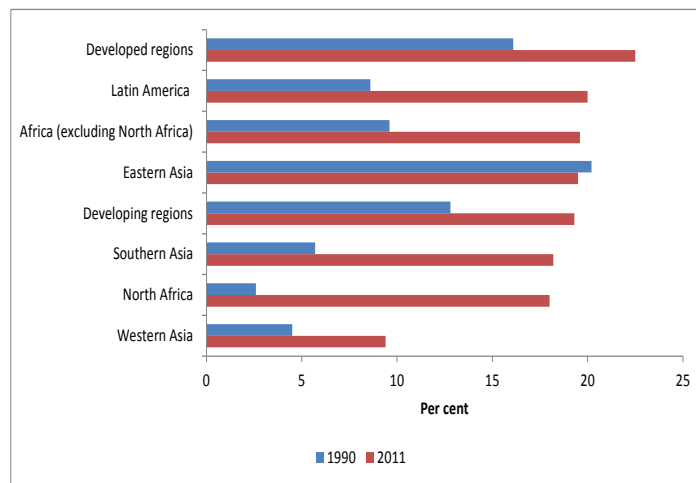
A proporção de meninas para meninos matriculados na escola² primária continua a melhorar em muitos países africanos. Dos 42 países com dados comparáveis entre 1990/91 e 2009, 29 marcaram cifra superior a 0.9 (90 meninas em comparação com 100 meninos), enquanto três e oito países

² Also known as the gender parity index in primary school enrolment. / Também conhecido como o género paridade índice na matrícula de escola primária.

marcaram 1.0 e um pouco maior do que 1.0, respectivamente³. Os países como Lesoto e as Ilhas Maurícias têm vindo a abordar o desequilíbrio contra meninos nas matrículas da escola primária desde 2004 e 2000, respectivamente. O desempenho da África ao longo do tempo, relativo a outras regiões do mundo, é promissor, mas há espaço para melhorias. Os dados sobre as matrículas no ensino secundário são escassos, mas apontam mais para fracos progressos em paridade de género neste nível de ensino do que no nível primário. Os dados para o nível terciário são ainda escassos e os progressos são lentos.

A África está igualmente a fazer progressos constantes na proporção de assentos ocupados por mulheres no Parlamento nacional em relação a outras regiões em desenvolvimento. A sua taxa em 2011 foi superada apenas pela América Latina e por regiões desenvolvidas (Figura 3). A África do Norte mostrou crescimento mais rápido entre as regiões a partir de 1990 a 2011. A adopção de enquadramento legal que garante assentos para as mulheres no parlamento nacional (como no Egipto, Ruanda, África do Sul e Uganda) foi um ímpeto crucial.

Figura 3. Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional, 1990 e 2011



Fonte: Compilado pela ONU (2011).

Além disso, promover as mulheres no emprego remunerado fora da agricultura ainda é um desafio. As práticas culturais (incluindo as práticas de herança não equitativas, casamento prematuro e a dinâmica do poder das famílias), poucas oportunidades económicas para as mulheres e pouca vontade política ainda impedem o progresso. Para o progresso sustentado, a transformação cultural destinada a corrigir a percepção negativa na sociedade para a equidade de género e o empoderamento das mulheres é imperativa.

As alterações das directivas devem ser dirigidas para abordar a discriminação contra mulheres e meninas nos sistemas educativos, incentivar uma maior participação das mulheres na actividade económica produtiva e remunerado, e aumentar a voz das mulheres na tomada de decisões em todos os níveis da sociedade. Políticas económicas e sociais que respondem melhor às necessidades dos homens e mulheres –incluindo as estratégias de acção afirmativa, a reforma das leis consuetudinárias que discriminam as mulheres e meninas, e mais recursos

³ Scores above 1.0 indicate disparity against boys. / Pontuações acima de 1.0 indicam disparidade contra meninos

humanos e financeiros para aplicar e implementar as tais leis – são cruciais para atingir este objectivo. Os países com disparidades educacionais contra meninos são convidados a abordar esta questão.

Objectivo 4

Reduzir a mortalidade infantil



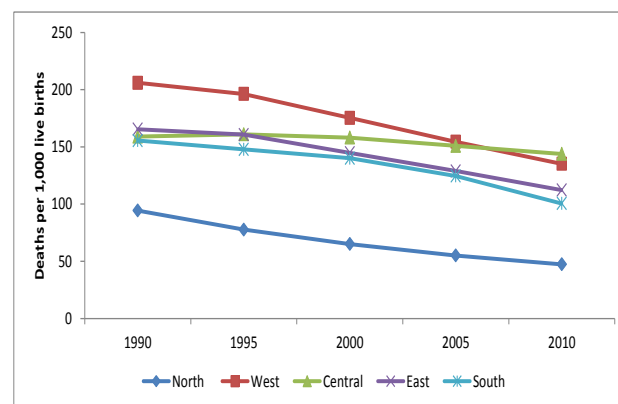
A mortalidade infantil está profundamente interligada com todos os outros ODM: a pobreza extrema, as desigualdades de género na educação, educação para a saúde sexual inadequada para meninas e mulheres, a propagação de HIV/SIDA e outras doenças e práticas ambientais não sustentáveis. Cada um deles é o principal contribuinte para as condições de vida pobre e perigosa das crianças.

Muitos países Africanos têm registado grandes ganhos em todos os indicadores dos ODM 4, embora a taxa continental de progresso é muito lenta para atingir a meta até 2015. E apesar dos progressos na redução de mortes de menores de cinco anos, as crianças de famílias rurais e mais pobres continuam a ser desproporcionalmente afectadas.

Embora lenta, a mortalidade de menores de cinco anos mostra uma tendência decrescente em todas as regiões Africanas

(Figura 4). A África do Norte mostrou o melhor progresso em 49 por cento, seguido pela África Austral (35 por cento) e pela África Ocidental (34 por cento). O seu progresso é atribuído a abordagens inovadoras na prestação de intervenções em áreas com difícil acesso à saúde, aumento da imunização, amamentação exclusiva, vitamina e suplementação mineral, prevenção da malária e tratamento mais forte, melhorias em água e saneamento, e combate a pneumonia e doenças diarreicas – os dois maiores assassinos de crianças.

Figura 4. Mortalidade de menores de cinco anos por sub-região Africana, 1990–2010



Fonte: Cálculos do UNSD, acessado em Dezembro de 2011.

Nota: Os dados são ponderados pela população com idade de 0-4.

Como a maioria das mortes de crianças são evitáveis ou tratáveis, os países Africanos deveriam revitalizar um esforço global e integrado contra as principais doenças que causam a mortalidade infantil, tais como o sarampo, a pneumonia, diarreia, malária e o HIV/SIDA.

Acelerar o declínio de mortalidade em menores de cinco anos é possível, através da expansão das intervenções que se destinam às causas principais de mortes dos bebés recém-nascidos mais vulneráveis e crianças. Capacitar as mulheres, eliminando os

obstáculos financeiros e sociais para o acesso a serviços básicos, lançando inovações que tornam o fornecimento de serviços críticos mais disponíveis aos pobres e aumentar responsabilidade local dos sistemas de saúde são todas as intervenções de política que vão reforçar a igualdade de acesso aos serviços de saúde e reduzir a mortalidade.

Objectivo 5

Melhorar a saúde materna

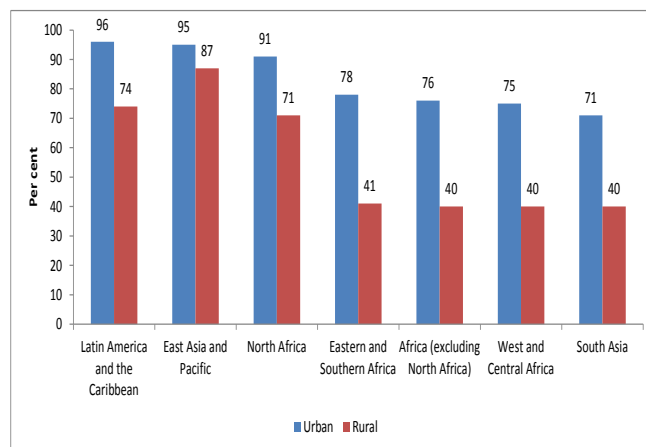


A saúde materna é ainda uma grande preocupação para a maioria de África. A taxa de mortalidade materna média do continente (MMR) era de 590 mortes por 100.000 nados vivos em 2008 comparados com 780 mortes por 100, 000 nados-vivos em 1990. A falta de dados sobre a saúde materna continua a ser um grande desafio para o controle do progresso. Dados disponíveis mais recentes revelaram que a África registou um progresso estável na melhoria da saúde maternal. No entanto, a baixa taxa de progresso é insuficiente para atingir essa Meta até data estabelecida.

As desigualdades espaciais e de renda continuam a ser um desafio para aumentar o acesso à parteiras qualificadas. As lacunas urbanas–rurais mais amplas do mundo estão

em África (excluindo o Norte de África) onde as mulheres nas zonas urbanas são quase duas vezes mais prováveis de dar parto com uma parteira qualificada como aquelas das zonas rurais (Figura 5), e onde 80 por cento dos que figuram no quintil de renda mais elevada dão parto desta forma contra apenas 24 por cento para o quintil mais baixo.

Figura 5. Partilha de nascimentos com uma parteira qualificada por região, zona urbana versus rural, 2006-2009



Fonte: Compilado a partir de www.childinfo.org

Nota: Não há dados para a Líbia, Sudão e Sudão do Sul.

A falta de acesso a, e a utilização de parteiras qualificadas e desigualdade por localização e renda são sérios obstáculos para a redução de MMRs nacionais. A utilização de contracepção para dar intermitência ou limitar nascimentos é um factor importante para a alta taxa de MMR no continente. Além disso, reduzir a pobreza de renda, melhorar a educação, reforçar o emprego e capacitar as mulheres, bem como combater o HIV/SIDA, TB e malária concorrerá para ter efeitos positivos sobre a mortalidade materna. Uma saúde materna melhor terá efeitos residuais sobre a saúde das crianças e o bem-estar económico dos indivíduos, famílias e das comunidades.

Objectivo 6

Combater HIV/SIDA, malária e outras doenças



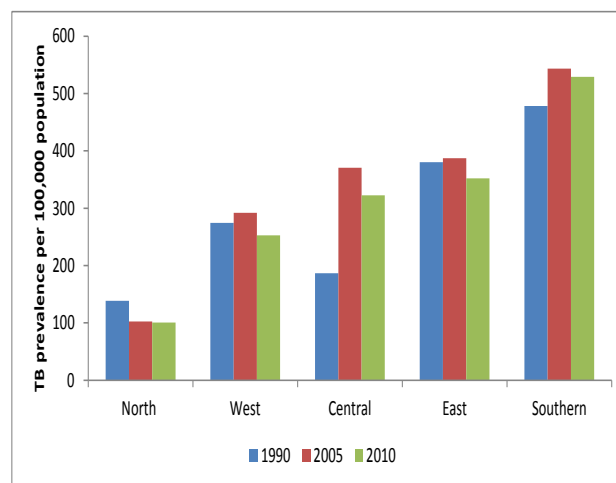
O progresso de África em matéria de luta contra HIV/SIDA, TB e malária está sendo sustentado – até intensificado. Isso é notável como há sinais preocupantes de regressão em outras regiões desenvolvidas e em desenvolvimento do mundo, particularmente para o HIV/SIDA. Existem sinais de que o aumento do acesso ao tratamento de HIV está a contribuir para o rápido declínio em novas infecções de HIV. A diminuição da prevalência de mulheres jovens (15 – 24 anos) é particularmente encorajadora.

A luta contra a malária está vendo grandes avanços. Os aumentos no financiamento e na atenção de controlo da malária levaram a um declínio global de 20 por cento em número de mortes causadas pela malária em 2000-2009. A África (excluindo a África do Norte) fez uma grande contribuição para essa queda íngreme através de intervenções críticas, tais como, maior uso de redes mosquiteiras tratadas com insecticidas (MTI) e terapias de combinação baseadas em Artemisinina, bem como um financiamento adequado.

O controlo da TB está começando a dar frutos em África. Após um pico em 2005, as taxas de prevalência em 2010 tinha caído em todas as sub-regiões e foram menores do que em 1990, em todas as sub-regiões, exceto

duas (Figura 6). A África Austral ainda é a sub-região mais afectada pela TB. O número de novas infecções é estável no Norte de África, que continua a ser a sub-região menos afectada. A melhoria da cobertura de ART e o declínio nas taxas de infecção de HIV reduziram também as infecções de TB, dadas a natureza oportunista da doença.

Figura 6. Taxa de prevalência de TB por 100.000 habitantes por sub-região Africana, 1990, 2005 e 2010



Fonte: Compilado da OMS (2011c).

Nota: Os dados são ponderados pela população de cada país.

O Fundo Global, a Declaração de Abuja, Páre a TB, Aliança de Malária dos Líderes Africanos e uma actualização da Parceria Roll Back Malária em Junho de 2011 são apenas algumas das iniciativas internacionais e regionais que mostram o alto nível de compromisso político para combater estas doenças. Estes fundos verticais – programas que direccionam recursos em problemas de saúde específicos e dão resultados directos e mensuráveis – estão entre as razões para os resultados na luta contra estas três doenças.

E assim, muito tem que ser feito para dilacerar as lacunas de recursos e da capacidade dos sistemas nacionais de saúde bem como na luta contra as desigualdades no acesso e utilização, particularmente entre os grupos de baixa renda, as populações rurais e mulheres.

Objectivo 7

Garantir a sustentabilidade ambiental



Garantir a sustentabilidade ambiental tem um grande impacto em alcançar a maioria dos outros objectivos. Preservar e gerir adequadamente o ambiente é uma base essencial para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

Em 1990, a África (excepto a África do Norte) tinha 31,2 por cento da área de terra coberta por floresta; até 2010, a área tinha encolhido para 28,1%. Este declínio decorre a partir da exploração excessiva e a conversão de florestas a outros usos, impulsionado com o crescimento populacional, o desenvolvimento económico e a necessidade das pessoas satisfazerem as suas necessidades básicas. Durante o período de 1990–2008, 16 países registaram

declínios nas emissões de CO₂ em taxas diferentes, com o Gabão a registar uma redução acentuada, provavelmente devido à sua elevada proporção de área coberta por floresta. A Guiné Equatorial e a Seychelles registaram o maior aumento das emissões de CO₂.

A proporção da população com fonte de água potável melhorada durante 1990-2010 subiu de 56 por cento para 66 por cento. Embora o acesso global a uma fonte de água melhorada nas zonas rurais de África aumentou de 42 por cento a 53 por cento, o acesso em áreas urbanas caiu de 86 por cento para 85 por cento. Esta diminuição pode ser atribuída em parte à rápida urbanização e ao crescimento dos bairros de lata. Esta proporção de pessoas com acesso melhorado subiu ligeiramente de 35 por cento para 40 por cento durante 1990 e 2010. Duas das principais restrições são o alto custo da infra-estrutura e os baixos retornos de investimentos para o sector privado, especialmente nas zonas rurais.

Vários desafios estão retardando o progresso. Um é a falta de coordenação entre as autoridades, decorrentes de uma definição não clara de funções e responsabilidades, juntamente com a falta de harmonização das legislações e políticas relacionadas com a gestão ambiental. Pessoal inadequado nos departamentos de governo que lidam com a questão ambiental é o outro factor. A concepção e o impulso através de medidas de adaptação das alterações climáticas adequadas constituem um outro aspecto que irá apoiar o progresso no âmbito dos ODM.

Ainda, as oportunidades podem ser exploradas. Estes incluem os novos recursos globais que podem ser aproveitados para fortalecer o desenvolvimento sustentável dos

países. Estratégias de gestão de recursos naturais, incluindo o reflorestamento que têm sido até agora, muitas vezes ignorado, deveria ser dado prioridade. Os instrumentos inovadores privados, devem igualmente ser promovidos, sobretudo para a partilha e transferência de risco. Da mesma forma, as parcerias público-privadas de bem pensadas para abordar as alterações climáticas devem ser postas em jogo.

Os países Africanos, apoiados por parceiros de desenvolvimento, já tomaram várias medidas de adaptação e mitigação - nacionalmente, sub-regionalmente e regionalmente – para mitigar os impactos das alterações climáticas, directa ou indirectamente. A implementação adequada destes programas é vital para o progresso.

Objectivos 8

Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento



Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento continua a ser a chave para os países Africanos individualmente e colectivamente alcançar os ODM. O progresso, embora, para alguns dos alvos tem sido bastante lento, o acesso a

medicamentos essenciais a preços acessíveis, ainda continua um desafio no continente e os parcerios com as empresas farmacêuticas devem ser reforçados para alcançar este objectivo. O acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs) está cada vez mais lento e a este ritmo o objectivo pode não ser alcançado. Os compromissos que foram feitos pelas nações doadoras em vários fóruns internacionais para aumentar o financiamento de desenvolvimento para o continente não foram largamente satisfeitos.

Ainda assim, a comunidade internacional re-comprometeu-se a cumprir com as suas promessas de acelerar o progresso rumo aos ODM e para satisfazer outros objectivos de desenvolvimento internacionalmente acordados. Por exemplo, em Setembro de 2010 na Cimeira da ONU de Aceleração do Progresso rumo aos ODM, as nações doadoras reafirmaram o seu compromisso de aumentar a assistência de desenvolvimento oficial (ODA). Muitos comprometeram se com a meta de 0,7 por cento do rendimento nacional bruto (RNB) como a ODA para os países menos desenvolvidos. Por exemplo, a União Europeia (UE) se comprometeu a atingir a meta de 0,7 por cento até 2015.

O Quarto Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia de Ajuda, em Busan, na República da Coreia, de 29 de Novembro a 1 de Dezembro de 2011, trouxe igualmente um número de beneficiários de auxílio juntamente com a comunidade de doadores para fazer um balanço dos recentes esforços para melhorar o impacto da ajuda. Este reconheceu que a cooperação para o desenvolvimento tem um papel catalisador crucial na erradicação da pobreza, protecção social, crescimento económico e desenvolvimento sustentável. No entanto, os beneficiários resolveram reduzir a dependência de ajuda ao longo do tempo através de reafirmar as políticas nacionais

que aproveitam as oportunidades oferecidas pelo comércio e investimento internacional, bem como através da expansão de mercados de capitais domésticos.

O ambiente internacional, desde a crise económica e financeira de 2008-2009, tornou-se menos favorável para os países de baixa renda, especialmente em África. Os doadores enfrentam aumentos acentuados em desafios de orçamento dos seus próprios, fazendo com que os seus compromissos de ajuda sejam mais desafiadores, embora não menos importante. A atenção transformou-se em finança não-preferencial para investimento público em países de baixa renda. Mas um empréstimo não-preferencial maior, na melhor das hipóteses, é um substituto muito arriscado e imperfeito para mais ajuda à África. O continente deve evitar correr em dívida insustentável que pode desencadear uma instabilidade macroeconómica futura.

Perspectivas emergentes de África sobre a agenda de desenvolvimento após-2015



Com menos de três anos para o prazo de 2015, é imperativo que os parceiros de desenvolvimento e os governantes acelerem o progresso sobre os ODM e avaliem os sucessos e fracassos das metas actuais, numa

tentativa de moldar e desenvolver uma agenda de desenvolvimento sustentável e inclusive após-2015. A questão não é sobre ter um conjunto de objectivos de desenvolvimento internacional depois de 2015, mas sim, em que o quadro proposto consistirá. Subjacente a todo este cenário é a questão de qual opção é susceptível de ter o maior impacto na erradicação da pobreza em África.

Como a Comunidade de desenvolvimento internacional avalia as contribuições dos ODM e começa o processo de definição do quadro global após-2015, a África deve igualmente articular a sua posição comum. Embora os ODM levaram a ganhos sócio-económicos no continente, a pobreza continua galopante e é necessário ser feito muito mais.

O feedback de Estados Membros Africanos através do workshop regional em Accra e o questionário eletrónico sugere que a agenda após-2015 deve refletir os desafios actuais e emergentes. Esta abordagem deve incluir uma mistura judicial de activadores de desenvolvimento e de resultados.

A agenda de desenvolvimento após-2015 deve incluir todas as áreas de política, actualmente dirigidas pelos ODM. Aprendendo a partir da implementação dos ODM actuais, a agenda de desenvolvimento após-2015 para África deve prestar mais atenção ao contexto local, deve ir para além das necessidades sociais, enfatizar o sector produtivo (por exemplo, a agricultura, comércio inter-regional e infra-estrutura) e atender às necessidades de pessoas abaixo dos limiares nacionais. Alguns dos elementos estratégicos para a consideração da agenda após-2015 incluem a focalização da dimensão do capital, salientar a produtividade tanto quanto nos sectores

sociais, criação de empregos para jovens, segurança alimentar, tratar as questões de resiliência e adoptar a agenda de sustentabilidade, especialmente confrontar os desafios das alterações climáticas.

2012

Relatório da Comissão Sobre a
Reunião para Validação do Relatório
Sobre a avaliação de 2012 Relativa
aos Objectivos do Desenvolvimento do
Milénio Em África (Odms), 7 -8 De
março de 2012 Adis Abeba, Etiópia

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/4023>

Downloaded from African Union Common Repository